



## **XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino**

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

### **INCLUSÃO E EDUCAÇÃO FÍSICA: UM OLHAR PARA O PLANEJAMENTO CURRICULAR E A FORMAÇÃO DOCENTE**

Priscila da Veiga Stankievicz<sup>1</sup>

#### **Resumo**

A Inclusão é uma realidade ainda em construção dentro do ambiente escolar, tanto pelas questões estruturais de cada escola, quanto pelas interações pessoais dos envolvidos, sendo porém, um consenso o grande desafio que traz consigo, embora totalmente possível e necessário. Essa ambiguidade perpassa todos os componentes curriculares presentes no ambiente escolar, no entanto este estudo ficará voltado à relação entre a Inclusão e a Educação Física. Dessa forma, o presente estudo teve como objetivo analisar parte da literatura existente, estabelecendo conceitos de Inclusão, Planejamento e Formação Docente, a fim de descrever e discutir suas relações e reflexos na prática docente. Foram analisados dois Projetos Políticos Pedagógicos, de duas escolas municipais de Novo Hamburgo, como referência de planejamento curricular destas instituições. Para embasar a crítica desenvolvida sobre a formação docente, foram analisadas as grades curriculares das Universidades de formação dos professores de Educação Física, atuantes nestas escolas, assim estabelecendo uma relação entre a formação teórica e planejamento curricular desenvolvido pelos docentes em suas respectivas escolas. Ambas as Universidades disponibilizam suas grades curriculares de forma livre, em seus respectivos sites institucionais. Sendo os resultados obtidos um tanto quanto preocupantes, posto que nenhum dos dois documentos coletados nas escolas menciona algum trecho/ capítulo voltado à Educação Física e suas implicações em cada uma das escolas. Porém ambas as escolas possuem especificações sobre a Inclusão Escolar em um âmbito geral. Já as Universidades, cumprem o mínimo exigido por lei, no que se refere a formação docente voltada a inclusão escolar, sendo que uma delas oferece ainda uma segunda disciplina voltada à Inclusão. Porém apenas uma delas, com atividade/ disciplina voltada especificamente para a Inclusão na Educação Física. Desta forma, fica visível a longa caminhada que ainda precisamos percorrer para que possamos garantir a indubitabilidade da Inclusão. Aproximar a realidade das escolas, com a formação acadêmica seria um bom ponto de partida.

**Palavras-chave:** Inclusão. Educação Física. Formação Docente.

<sup>1</sup> Licenciada em Educação Física, Esp. Educação Especial e Inclusiva, Professora da Rede Municipal de Ensino lotada na EMEF pres Rodrigues Alves, atua nas séries iniciais. priscilastankievicz@novohamburgo.rs.gov.br



## **XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino**

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

### **INTRODUÇÃO**

Atualmente, existem vários documentos legais com o objetivo de garantir a igualdade de direitos no que concerne à educação, no ensino regular, para crianças/estudantes com deficiência, e/ou transtornos, déficits e superdotação. Este artigo busca, na bibliografia já existente (leis e documentos normativos) e na análise de Projetos Políticos Pedagógicos (PPP), de escolas de Novo Hamburgo, indícios de como se encontra o cenário da inclusão nas aulas de Educação Física. Além disso, traça um olhar sob a formação dos professores de Educação Física, através da Grade Curricular de seus respectivos cursos de graduação, identificando se existem políticas inclusivas no planejamento curricular das escolas de atuação destes profissionais. São objeto de análise as grades curriculares de duas Universidades da região, sendo nomeadas Universidade de Grade A (GA), e a outra Universidade de Grade B (GB), ambas descritas posteriormente.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96, ainda vigente, que implementa a Educação Física como componente curricular, abre-se precedente para entender a Educação Física também como disciplina curricular, devendo, assim, atender a todos os alunos de forma igualitária, sem nenhuma forma de discriminação. No mesmo documento, em seu artigo 59, é determinado que cada instituição é responsável por assegurar que sejam realizadas as alterações necessárias no currículo, nos métodos e nos recursos, para que ocorra o atendimento de cada aluno, dentro de suas necessidades específicas. Assim, busca-se analisar como estas determinações estão sendo contempladas nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) de duas escolas municipais, bem como pesquisar quais componentes curriculares contemplam os aspectos da inclusão durante a formação docente, a fim de preparar os professores de Educação Física para o dia a dia da sala de aula.

No texto de apresentação do Referencial Curricular de Educação Física, das Lições do Rio Grande, a LDB vigente e também os PCN'S, são utilizados para descrever a Educação Física escolar, informando que:

Neles fica claro que, tornar os alunos fisicamente aptos, não deve mais ser a principal finalidade dessa disciplina na escola, e sim levar os estudantes a experimentarem, conhecerem e apreciarem



## **XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino**

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

diferentes práticas corporais sistematizadas, compreendendo-as como produções culturais dinâmicas, diversificadas e contraditórias. (RIO GRANDE DO SUL, 2009, p.113)

Sendo assim, torna-se inoportuna uma prática educativa sem intencionalidade pedagógica, já que o foco das aulas de Educação Física não é o de oferecer uma prática atlética ou competitiva, mas sim da experimentação e do desenvolvimento da consciência corporal. Embora esta nova forma de entender a EF, já esteja escrita e descrita no papel, será que os professores que atuam hoje em nossas escolas estão utilizando estes referenciais como embasamento para desenvolver suas aulas? Desta forma, esta pesquisa visa fomentar a ação pedagógica, elucidando dúvidas e buscando novas formas de abordar a Educação Física e a inclusão dentro da escola regular. Analisar a literatura existente em relação à Educação Física e à Inclusão, bem como descrever e discutir os reflexos da formação docente em suas práticas pedagógicas.

## **DESDOBRAMENTOS TEÓRICOS**

### **2.1 A inclusão**

A caminhada em benefício da inclusão social e educacional de pessoas com “Necessidades Educacionais Especiais” (NEE, nomenclatura então utilizada), ganhou bastante força e visibilidade com a Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e Qualidade, em junho de 1994, que deu origem à Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), que proclama que toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Isso demonstra que, ao contrário do que preconizava o movimento de Integração, no qual o rendimento e adequação eram responsabilidade do aluno, para que haja inclusão, faz-se necessário que tanto a comunidade escolar quanto os profissionais que atuam na escola estejam envolvidos neste processo. Esta atitude proporciona, como aponta Silva (2012, p. 98), entre outras coisas, a reformulação do sistema educacional e as adequações do currículo escolar, das avaliações, métodos de ensino e também da formação do professor.



## **XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino**

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

Para Salend (2008 apud SILVA, 2012, p. 100), a inclusão só ocorre quando observados quatro princípios: 1) acesso para todos os alunos; 2) aceitação dos pontos fortes e desafiadores dos alunos assim como da diversidade; 3) práticas reflexivas e instruções diferenciadas; e 4) noções de comunidade e colaboração.

Segundo Mantoan (2003, p. 13), a inclusão torna necessária uma transformação no modelo atual de educação, uma revolução não apenas na forma de pensar educação, mas principalmente na forma em que nossas escolas estão organizadas, dividindo os saberes, isolando aqueles que não dominam os saberes priorizados pelas instituições, reprimindo as dimensões emocionais, afetivas e criativas, e assim a subjetividade dos indivíduos.

A escola é um ambiente ideal para se propor mudanças futuras e observar as mudanças que já vem ocorrendo nas relações culturais e sociais com a inclusão, de acordo com Veiga Neto (2001). Porém, o autor ressalta também as grandes dificuldades em se fazer isso, e levanta várias possibilidades do que precede a escola, em relação a estes entraves educacionais, apontando para a estruturação do currículo como um dos principais divisores dos discentes, que deveriam ser atendidos de forma igual.

### **2.2 Planejamento Curricular**

O planejamento está presente constantemente na vida das pessoas de acordo com Scarpato (2004, p. 1), nas coisas simples, como atravessar a rua, até coisas mais complexas, como planejar uma carreira de sucesso. Porém, quando se fala do planejamento no âmbito educacional, este tema ganha um ar de seriedade e certa resistência.

Segundo Scarpato (2004, p. 31), existem vários níveis de Planejamento Escolar: Planejamento do Sistema de Educação; Planejamento da Escola; Planejamento Curricular, Planejamento de ensino e o Planejamento de Aula. Normalmente a concepção de planejamento que o professor possui é reflexo de sua prática, sendo, ao mesmo tempo, refletida nela. O ato de planejar uma aula deve ser realizado com muito cuidado. Para Freire (1996), ninguém é capaz de “ensinar” a autonomia para ninguém, mas os



## XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

professores têm possibilidade de permitir que os alunos se tornem autônomos e críticos. Mas isto depende de uma postura profissional igualmente autônoma, segura e crítica.

Bracht (et al, 1992) afirmam que ao elaborar o seu planejamento o professor demonstra o que pretende atingir em seu aluno. Que conhecimentos pretende estabelecer, ou que tipo de pensamento pretende desenhar sobre determinado assunto.

Este trabalho não visa questionar a existência ou não do planejamento de aula dos professores, mas de que forma a inclusão está contemplada no Planejamento Curricular, aqui apresentados na forma de Projeto Político Pedagógico (PPP). Segundo Cortella (1998, p. 41) o que difere nossa espécie das outras espécies de animais é a capacidade de realizar uma ação transformadora consciente, onde toda ação humana é oriunda de uma intenção, um sentido, que se estabelece através do pensamento.

Para Bracht (et al, 1992):

O ensino é aqui compreendido como atividade docente que sistematiza as explicações pedagógicas a partir do desenvolvimento simultâneo de uma lógica, de uma pedagogia e da apresentação de um conhecimento científico.

Porém, sem esta organização do ensino, infelizmente, a EF se restringe apenas a mera reprodução de técnicas corporais, preocupadas apenas com o desenvolvimento das aptidões corporais e possivelmente incapazes de produzir um pensamento reflexivo capaz de provocar mudanças profundas nas camadas da sociedade onde estiver inserida. Para que o aluno se aproprie de um saber, é necessário que ele o compreenda com uma função social, um sentido/significado que lhe conecte a produção científica e a prática, vivenciada em seu dia-a-dia. Assim, de acordo com Bracht (et al, 1992, p.18):

A visão da totalidade do aluno se constrói à medida que ele faz uma síntese, no seu pensamento, da contribuição das diferentes ciências para a explicação da realidade. [...] nenhuma disciplina se legitima no currículo de forma isolada. É o tratamento articulado do conhecimento sistematizado nas diferentes áreas que permitem ao aluno constatar, interpretar, compreender e explicar a realidade social complexa, formulando uma síntese no seu pensamento à medida que vai se apropriando do conhecimento científico universal sistematizado pelas diferentes ciências ou áreas do conhecimento.



## XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

Dessa forma, o planejamento vem ao encontro do profissional que busca efetivar a aprendizagem de seus alunos, que busca a garantia de contemplar seus alunos com diferentes competências e saberes através de diferentes métodos e recursos.

Um professor que acredita nas potencialidades do aluno, que está preocupado com sua aprendizagem e com seu nível de satisfação, exerce práticas de sala de aula de acordo com esta posição. E isto é também relação professor aluno. (CUNHA, 1998, p.147)

De acordo com a Declaração de Salamanca (1996, p. 8) “o currículo deveria ser adaptado às necessidades das crianças, e não vice-versa”, sendo dever da instituição escolar “prover oportunidades curriculares que sejam apropriadas à criança com habilidades e interesses diferentes.”

### 2.3 Formação Docente

Em seu texto *Formação de professores: identidade e saberes da docência*, Pimenta (2008), questiona o motivo pelo qual formamos professores, qual sua importância no processo de aprendizagem de crianças e jovens, e ainda aponta o cenário atual de desvalorização do professor. Porém, ela também reforça a importância de se investir na formação de professores para reverter o cenário e superar as desigualdades dentro do ambiente escolar, sendo necessário repensar o formato do processo.

Para Tardif (2002, p.11), em seu livro *Saberes docentes e formação do professor*, o saber não é algo solto, ao contrário refere-se sempre a um sujeito, que ensina algo com alguma intenção. Que saberes estão sendo produzidos nas aulas de Educação Física?

As redes pessoais, os laços afetivos dentro do espaço de trabalho podem e devem auxiliar o professor em sua formação docente, sob o ponto de vista de Novoa, o professor se constitui, junto aos seus colegas, no fazer docente:

No essencial, advogo uma formação de professores construída dentro da profissão, isto é, baseada numa combinação complexa de contributos científicos, pedagógicos e técnicos, mas que tem como âncora os próprios professores, sobretudo os professores mais experientes e reconhecidos. (NOVOA, 2009, s/p.).



## **XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino**

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

De acordo com Minetto (2012), a sociedade difunde um discurso minimalista da formação do professor, depositando no discente toda a responsabilidade pelo atendimento e aprendizagem dos alunos, em suas inúmeras e variadas especificidades, como se houvesse uma formação capaz de tornar o professor apto a atender com eficácia todos os seus alunos. Porém, a autora aponta que este pensamento se mostra um grande erro, sendo a inclusão algo complexo, embora possível, que não depende exclusivamente da vontade do professor, mas sim de uma rede de apoio para sua formação. E também lembra da importância de respeitar as subjetividades de cada professor, indivíduos com facilidades e dificuldades como qualquer outro

### **MATERIAIS E MÉTODOS**

Este estudo é uma revisão bibliográfica, para o qual foram revisados materiais produzidos nos últimos 20 anos, ou seja, de 1998 até a atualidade, e que possuem relevância em seu conteúdo. Também foi incluído o documento da Declaração de Salamanca de 1994, que apesar de estar fora do intervalo de tempo pretendido inicialmente, mostrou-se muito relevante e necessário a esta discussão, além do livro Pedagogia da Autonomia, de Paulo Freire, tendo sua primeira edição em 1996.

De acordo com Marconi e Lakatos (2005, p. 44), a pesquisa bibliográfica possui oito fases: escolha do tema; elaboração do plano de trabalho; identificação; localização; compilação; fichamento; análise e interpretação; e redação. Neste artigo, serão respeitadas e seguidas cada uma destas fases, a fim de estrutura-lo da melhor forma possível, para que possa representar de forma genuína a realidade, contribuindo para uma reflexão crítica sobre a atual situação da inclusão nas aulas de Educação Física.

Foram analisados e comparados dois Projetos Político Pedagógicos (PPP), de duas escolas municipais de Novo Hamburgo (ANEXOS 1 e 2), a fim de verificar como a inclusão está sendo contemplada nas aulas de Educação Física. Sendo que a Escola 1 possui um profissional de educação física, formado em licenciatura pela Universidade A, e a Escola 2 possui dois profissionais formados em licenciatura pela Universidade B.

Ambas as escolas, se localizam na região norte do município, no bairro São José. Em uma localidade conhecida na região por suas dificuldades e vulnerabilidade social. As



## XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

escolas possuem realidades bem diferentes uma da outra, embora estejam localizadas no mesmo bairro. As diferenças se dão, principalmente, pela estrutura de cada uma das escolas, e pela faixa etária a qual atendem. Sendo que a Escola 1, atende alunos da Educação Infantil (4 e 5 anos), Anos Iniciais (1º ao 5º ano), parte dos Anos Finais (6º e 7º ano) e Educação de Jovens e Adultos (EJA), possuindo, em média, 900 alunos e 73 profissionais. Uma escola bastante grande quando comparada a segunda, possuindo como estrutura para as aulas de Educação Física um campo de futebol e uma quadra poliesportiva em ginásio fechado. Já a Escola 2, atende alunos da Educação Infantil (4 e 5 anos) e Anos Iniciais (1º ao 5º ano), possuindo em média 300 alunos e 26 profissionais, tendo bastante restrição quanto à estrutura para as aulas de Educação Física, já que conta com uma quadra de areia, com dimensões aproximadas a uma quadra de vôlei (a qual se encontra interditada, devido às obras de reforma que estão para acontecer na escola), e uma área com cobertura parcial, com dimensões aproximadas de meia quadra de futsal, local onde ocorrem as atividades referentes a este componente curricular. Segundo Minetto, são muitas as subjetividades que podem intervir no planejamento curricular, e assim justificar tamanho esforço,

[...] ainda é influenciado pelos recursos materiais que terá disponível e contexto no qual vai utilizá-los. Considerando a complexidade das variáveis intervenientes nesse processo, entendemos por que é tão lógico seu compromisso com a diversidade e ao mesmo tempo tão difícil atende-la. (MINETTO, 2012, p.30).

De acordo com o PPP da escola 2, a educação física é ofertada em 3 períodos por semana, sendo que um com o professor especialista e outros dois, com o professor titular da turma. Já no PPP da Escola 1, não é apontado como ocorrem as aulas de Educação Física, porém em diálogo com a equipe pedagógica foi informado que as turmas de anos finais têm a disciplina como componente curricular, duas vezes por semana, com o professor específico da disciplina. Já as turmas de anos iniciais, no formato de projeto, em que o professor especialista não consegue atender a todas as turmas devido a carga horária, dividindo o projeto com outra professora que possui formação em pedagogia.

Os dois documentos foram solicitados em visita às escolas e prontamente fornecidos. Ambas as escolas não possuíam um documento do ano vigente no momento



## **XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino**

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

da solicitação, alegando que estes estavam sob revisão com a Secretaria Municipal de Educação (SMED). A Escola 1 apresentou um documento datado de 2012, e a Escola 2 apresentou documento com data de 2015. As duas escolas mostram-se disponíveis para quaisquer esclarecimentos pertinentes ao Projeto Político Pedagógico (PPP) de suas instituições. Em seguida, iniciou-se a fase de análise, na qual foi possível notar que no PPP da Escola 1 (PPPE1), não há menção de como ocorrem as aulas de Educação Física, logo, é inviável descrever como ocorre a Inclusão. Porém, há um capítulo específico sobre a Inclusão, subdividido em: “Adaptação Curricular”, em que aparecem os princípios norteiam a escola no momento de adaptar o currículo para as crianças/estudantes com deficiência no Laboratório de Aprendizagem e Sala de Recursos, espaços para atendimentos específicos; e “Diversidade e Igualdade”, que aborda o respeito à diversidade de gêneros, etnias entre outros. Porém, mais uma vez não há menção ao componente curricular Educação Física.

O documento apresentado pela Escola 2 (PPPE2), contém sumário, sendo que, neste, há um indicativo de uma descrição dos Projetos de Hora-Atividade (incluindo a Educação Física), porém o anexo não está no documento. Mas, durante o PPPE2, é possível notar em vários momentos a “perspectiva de educação inclusiva”, que a escola possui, tratando os temas da Inclusão em paralelo aos que são apresentados, de forma unificada. Há também, assim como no PPPE1, um capítulo à parte, descrevendo como acontece o atendimento no Laboratório de Aprendizagem e Sala de Recursos, embora, mais uma vez, a Educação Física, não esteja contemplada.

Em seguida, compararam-se duas grades curriculares do curso de Licenciatura em Educação Física de duas universidades de renome da região, tendo como objetivo verificar como a Inclusão é abordada no âmbito acadêmico, onde os professores destas escolas municipais buscaram formação e habilitação para a prática docente.

As duas grades curriculares foram analisadas, sendo categorizadas como Grade A (GA), a Grade Curricular da Universidade localizada em Novo Hamburgo e Grade B (GB), a Grade Curricular da Universidade Localizada em São Leopoldo ambas com curso presencial de Licenciatura em Educação Física, sendo objeto de análise a grade vigente e mais atualizada de cada instituição.



## **XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino**

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

Desta análise, percebeu-se que a GA, oferece um curso com o total de 3220horas/aula, sendo possível cursá-las em no mínimo 8 semestres e no máximo 14, sendo que a GB oferece um curso com total de 3120horas/aula, acrescidas de 200h de atividades complementares. A Universidade com a GA oferece, no 7º semestre, a disciplina LIBRAS, com carga horaria de 50h. Já a Universidade com a GB, oferece a disciplina Cultura Surda e LIBRAS no 2º semestre, com carga horária de 60h, acrescidas de 24h de atividades práticas extraclasse. Ainda na Universidade GB, os alunos possuem, dentro do currículo, a disciplina “Estratégias de Ensino e Inclusão na Educação Física”, ofertada no 7º semestre, com carga horária de 60h acrescidas de 6h de prática. Ambas as disciplinas são de cunho obrigatório para os alunos da Universidade GB.

A Universidade GA, porém, oferece, a nível de atividade facultativa e extracurricular, a disciplina de “Pedagogia da Diversidade”, dentro do grupo de atividades eletivas “Diversidade Cultural”. Na Universidade com a GA, não foi encontrada nenhuma outra disciplina com menção às temáticas relativas a Inclusão.

Este estudo, não busca defender ou realizar propaganda de uma ou outra Universidade. Porém, busca analisar de forma fidedigna a formação dos docentes atuantes nas escolas, em sua preparação para o dia a dia da escola inclusiva.

### **CONCLUSÕES**

É importante reafirmar que este estudo não busca avaliar nenhuma instituição, mas realizar uma reflexão sobre a Educação Física escolar e a Inclusão. Durante a fase de análise, notou-se que infelizmente a Educação Física não aparece em nenhum dos PPPs apresentados. Podemos levantar alguns questionamentos sobre quais os motivos que poderiam justificar este fato. Será a Educação Física um componente curricular de menor relevância em relação a outros? O documento escolhido para análise não tem que, obrigatoriamente, apresentar essa temática? Já que as escolas escolhidas se encontram em processo de revisão do documento, em uma nova versão a proposta pedagógica da Educação Física será contemplada? Infelizmente este estudo não conseguiu encontrar tais respostas. Porém, tal situação corrobora com os questionamentos levantados por Mandarinó:



## XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

O que dizer do deslocamento que a Educação Física faz na direção do debate da inclusão? Será que estão criadas as condições de possibilidade para que a Educação Física Inclusiva possa emergir? Novos artefatos, portanto, podem aparecer. Penso que, se for seguir a lógica do pensamento racional moderno, aparecerá novamente o paradoxo performativo, fazendo com que a materialização de outro termo passe a circular e com novos messias – para alívio de muitos/as que esperam ser salvos/as e ficar seguros/as nas suas ações, mas travados/as no pensamento (MANDARINO, 2007, p. 9).

Isso nos mostra que os debates acerca da Inclusão na Educação Física, são remotos e já possuem grandes contribuições ao longo da história, mas que ainda são atuais. Porém, seria irresponsável apontar alguma prática pedagógica como certa, definitiva ou melhor que outra. O que se mostra necessário é viabilizar e garantir que estes diálogos, estudos e pesquisas continuem ocorrendo. É necessário destravar o pensamento, transgredir. Segundo Espírito Santo (2011), para transgredir um saber disciplinar é necessário que se construam pontes, elos de ligação entre as disciplinas na escola, trabalhando com a complexidade do todo ao invés da fragmentação (p. 81).

Com base na análise destes dois PPPs, embora não possamos delinear um panorama de como acontece a Inclusão na Educação Física, podemos supor que há uma preocupação genuína em fazer do ambiente escolar um ambiente inclusivo, capaz de contribuir para a sociedade com sujeitos preocupados uns com os outros, pois ambas as escolas descrevem em seus documentos sobre suas práticas inclusivas, seus valores e sua filosofia. Buscar caminhos para a Inclusão de alunos com NEE é obrigação e, mais do que isso, é compromisso moral e ético da escola, mas que não existe uma receita pronta, que vá garantir a inclusão. Devemos revisitar nosso pensamento, nossos conceitos de qual papel da escola na inclusão, desta forma podemos recorrer a Mandarino, que alerta:

[...] todo o investimento para encontrar uma resposta para esta pergunta, será conduzida para seguir passos salvacionistas, que partem do princípio de que existe alguém a ser resgatado. Mas alguém, diferente dos mesmos. Alguém que foi capturado na sua diferença e com ela concebido uma identidade, alguém que entrou na norma. Ao ser fixado nesta identidade, retiram-lhe a sua força política, reduzindo-a a uma síndrome, uma dificuldade de aprendizagem, uma hiperatividade, um autismo, entre outros, o que sobra, no entanto, é utilizar práticas pedagógicas que o normalizem. Este, portanto, é um afastamento que se faz necessário para que se entenda a escola, as suas práticas, os seus tempos e espaços e suas pedagogias, como algo que produz indivíduos e produz, também, as identidades e as



## XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

diferenças. Estar atento às práticas que acontecem no cotidiano escolar é importante para, mais do que sacralizar, profanar as pedagogias e suas verdades. (MANDARINO, 2008, p.30)

É oportuno apontar que talvez um caminho interessante para pensar a inclusão na escola seja a relação com a formação dos professores, sendo que no PPPE2, no qual a Inclusão é tratada de forma mais unificada ao fazer pedagógico da escola, os professores de Educação Física possuem origem acadêmica na Universidade GB, onde a grade prevê ao menos duas disciplinas para tratar da Inclusão Escolar. Novos estudos, afim de aprofundar tais questões, tornam-se pertinentes. Identificar a relação da formação dos outros professores, que participaram da construção deste documento seria, também, uma forma de pensar melhor como tem acontecida a Inclusão Escolar.

Sendo interessante questionarmos, também, que ambas as Universidades oferecem a Disciplina de Libras, porém a Universidade GA a oferece apenas com foco na Inclusão, apontando que, talvez, esta Universidade não veja a necessidade de formar seus professores voltados à Inclusão, já que apenas cumpre o que outorga a Lei, cumprindo o Art. 3º do decreto [nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005](#):

A Libras deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. (BRASIL, 2005).

Já na Universidade GB, nota-se uma preocupação extra, mesmo que ainda pequena, em oportunizar espaço em seu currículo para que os professores em formação pensem a Inclusão. Mas cabe questionarmos: seria suficiente? Com a realidade que se vê nas escolas, faz-se necessário um espaço maior de formação voltada à Inclusão dentro dos cursos de graduação? Estes e outros questionamentos servem para apontar que ainda há muitos estudos e pesquisas a serem feitos, a fim de qualificar o fazer pedagógico, bem como tornar possível a Inclusão no ambiente escolar.

Apesar dos desafios que o professor encontra no dia a dia, é valido lembrar que:

Não posso, por isso, cruzar os braços fatalistamente diante da miséria, esvaziando, desta maneira, minha responsabilidade no discurso cínico e “morno”, que fala da impossibilidade de mudar



## XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

porque a realidade é assim mesmo. [...] Dou a impressão de que aceito hoje a condição de silenciado para bem lutar, quando puder, contra a negação de mim mesmo. (FREIRE, 1996, p.76)

Embora o cenário encontrado neste estudo seja preocupante, em nenhum momento foi negada a existência da Inclusão nas escolas e nas universidades aqui apresentadas. No entanto, é justo repensarmos sua efetividade, tendo em mente que a mudança é inevitável, mas ela deve ser um crescente, uma força de luta, alimentada pela indignação e pela justiça, tornando-se, assim, transformação!

### REFERÊNCIAS

BRACHT, Valter. **A Educação Física no Ensino Fundamental** - O conteúdo de ensino da Educação Física: de atividade física à cultura corporal de movimento. Anais do I Seminário Nacional: currículo em movimento - perspectivas atuais, Belo horizonte, 2010.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Ministério da Educação. Temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_. **Lei Nº 11.769** disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11769.htm)> Acesso em: 28/10/2017

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais- Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 25 de abr. 2002. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)> Acesso em: 20/04/2018

BRASÍLIA, 1988. \_\_\_\_\_. **Declaração de Salamanca** e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

CORTELLA, Mario Sérgio. **A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos**. 3a ed. São Paulo: Cortez, 1998.

CUNHA, Maria Isabel. **Repensando a didática**. Ilma Passos de Alencastro Veiga (coord.). - Maria Isabel da Cunha- A Relação Professor-Aluno, "11º ed." Campinas: Papirus, 1998

CHICON, José Francisco.; RODRIGUES, Graciele Massoli. (organizadores). **Educação Física e os desafios da Inclusão/** Atos Prinz Falkenbach, Cláudio Marques Mandarino, Elvio Marcos Boato, Maria das Graças Carvalho de Sá, Greice Drexler, Sonia Maria Toyoshima Lima, Verônica Werle. – Vitória: EDUFES, 2008. 110p.: il. – Coleção Educação Física, Adaptação e Inclusão.



## XVII Fórum da Rede Municipal de Ensino

Secretaria de Educação de Novo Hamburgo - 22 de outubro de 2019

ESPÍRITO SANTO, Ruy Cezar do; **Pedagogia da Transgressão**: um caminho para o autoconhecimento/ Ruy Cezar do Espírito Santo. – Ed. Revista.- São Paulo: Ágora, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários a prática educativa. 37a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996

GONZÁLES, Fernando Jaime.; FRAGA, Alex Branco. Referenciais curriculares para a educação física. IN: RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. Referenciais curriculares do Estado do Rio Grande do Sul: linguagens, códigos e suas tecnologias. Porto Alegre: SE/DP, 2009. v.2.

MARCONI, Marina De Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**: Pesquisa bibliográfica e resumos. 6a ed. São Paulo: Atlas, 2005.

MINETTO, Maria De Fátima. **Currículo na educação inclusiva**: Entendendo esse desafio. 1a ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.

MOANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? 1a ed. São Paulo: Moderna, 2003.

NETO, Alfredo José Veiga. **Incluir para Excluir**. Proposições, São Paulo, 2001. Disponível em: <http://www.lite.fe.unicamp.br/cursos/nt/ta5.5.htm>. Acesso em: 19/02/2018

NÓVOA, A.; Para uma formação de professores construída dentro da profissão. Lisboa: Revista Educacion, 2009. s/p. Disponível em: <[http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350\\_09por.pdf](http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf)> Acesso em: 21/04/2018

SCARPATO, Marta. **Educação física**: como planejar as aulas na educação básica / A Importância do Planejamento de Ensino na Prática Docente. São Paulo, 2004.

SILVA, Aline Maria Da. **Educação especial e inclusão escolar**: História e fundamentos. 1a ed. Curitiba: InterSaberes, 2012.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 17a ed. Petrópolis: Vozes, 2002.